



Carta Dossel 037/2021
Brasília/DF, 29/06/2021

A Sua Senhoria o Senhor
Pregoeiro da
Itaipu Binacional

Referência: EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO NACIONAL Nº NF 0682-21

DOSSEL AMBIENTAL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ n.º 10.538.220/0001-27, situada à SCR N Qd. 714/715, Bloco “B”, Lote 28, Parte 09, Asa Norte, Brasília/DF, vem por meio de seu representante legal, perante essa douta Comissão e com fulcro no subitem 2.22.1. do edital supramencionado, à presença de Vossa Senhoria a fim de **IMPUGNAR** os termos do Edital em referência, que adiante especifica o que faz na conformidade seguinte

I - TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, comprova-se a tempestividade desta impugnação, dado que a sessão pública está prevista para **06/07/2021, às 09h00**, tendo sido, portanto, cumprido o prazo estabelecido no subitem 2.22.1. do edital em referência.

II – DOS FATOS

A Itaipu Nacional publicou o Edital de Pregão Eletrônico Nacional n. NF 0682-21, tendo como regime de contratação preço unitário, com vistas à contratação do seguinte objeto:

“1.2 FINALIDADE E OBJETO

Selecionar a proposta comercial mais vantajosa para a contratação dos serviços de apoio ao monitoramento ambiental, manejo e outras rotinas de auxílio à proteção das áreas protegidas da ITAIPU e áreas lindeiras adjacentes à ITAIPU, entre os municípios Foz do Iguaçu- PR, Guaíra-Pr e Mundo Novo-MS, de acordo com as Especificações Técnicas, Anexo I deste Caderno de Bases e Condições (CBC).”

A impugnante tendo interesse em participar da licitação supramencionada, procedeu à análise das condições e exigências contidas no Edital em questão, bem como dos demais documentos anexados e publicados, do qual deparou com inconsistências em face do escopo do serviço a ser executado e o valor estimado para essa contratação, que se contrapõe com a segurança de viabilidade econômica a ser assegurada em face dessa contratação, do qual requer seu saneamento antes do prosseguimento do certame visando resguardar o princípio da legalidade, igualdade e da isonomia, o que para tanto relatamos a seguir uma descrição dos pontos para não gerar dúvidas quanto a sua fundamentação em face dessa contestação.

III – DA FUNDAMENTAÇÃO**III.1. Pagamento de Veículos e Combustíveis**

O Item 7, constante do ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ESP – 2021, apresenta por meio do Quadro 1 o quantitativo mínimo necessário de mão de obra para a realização dos serviços, quais sejam:

ÁREA	FUNÇÃO	QUANTIDADE	SERVIÇOS DEMANDADOS
Área I	Técnico*	2	Serviços definidos no objeto e no escopo desta especificação técnica
Área II	Técnico*	2	
Área III	Técnico*	2	
Áreas I, II e III	Coordenador**	1	
TOTAL		7	



Para essa equipe mínima foi estabelecida as seguintes experiências e qualificações:

“ Técnico de nível médio. Pode ser técnico florestal, ambiental ou equivalente. É necessário que, no mínimo, três técnicos possuam habilitação compatível (um por equipe) para conduzir camionete com reboque de barco, assim como a habilitação para conduzir embarcação. Os outros três técnicos devem possuir, no mínimo, carteira de habilitação B. Desejável que todos tenham bom conhecimento em identificação de espécies arbóreas nativas da Floresta Estacional Semidecidual.*

“ **Profissional Coordenador com dedicação exclusiva ao contrato**, sendo preferencialmente Engenheiro Florestal, podendo Agrônomo ou outro profissional de nível superior desde que comprove habilitação na entidade de classe a que pertence para realizar inventários florestais e manejo de vegetação. Função para atuar nas três áreas concomitantemente, coordenando o trabalho das equipes. É necessário possuir no mínimo carteira habilitação B.”*

A Cláusula 43 constante do Anexo IV – MINUTA DE CONTRATO traz o seguinte prazo de vigência:

*“**CLÁUSULA 43** O presente CONTRATO terá **vigência de 12 (doze) meses**, contados da data estabelecida na Ordem de Início de Serviço, a ser emitida pela ITAIPU após a assinatura deste CONTRATO.” (Grifo Nosso)*

Em consonância com o disposto acima, resta demonstrado que a equipe ficará mobilizada por um período de 12 (doze) meses, o que para tanto se faz necessária a locação de veículos para locomoção desses profissionais em sua área de atuação, bem como requer o devido o pagamento dos combustíveis.

Imperioso destacar que os valores referentes às despesas com veículos e combustíveis representam um montante considerável na composição de custos para execução dos serviços ora propostos, não podendo ser incorporado pela empresa em seus custos administrativos e na sua remuneração.

São custos que se vinculam diretamente com a prestação dos serviços, o que para tanto deverão ser incluídos na planilha orçamentária desse órgão contratante de forma a custear essas respectivas despesas.

Nessa análise, importante pontuar que esse r. órgão contratante não pode se furtar de prever em sua planilha estimativa de valores todos os custos necessários a plena execução dos serviços, resguardando que sejam computados todos aqueles dos quais seriam necessários caso a execução se desse de forma direta pela própria contratante.

III.2. Pagamento do Curso de Capacitação para Controle de Formigas Cortadeiras

No Item IV constante do ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ESP – 2021, apresenta a seguinte condição a ser observada quanto à mão de obra dimensionada para execução dos serviços:

“IV) Para todas as funções a CONTRATADA deve apresentar ou realizar, às suas expensas, curso de capacitação para controle de formigas cortadeiras, com carga mínima de 20 horas, no prazo máximo de 15 dias após a emissão da ordem de serviço, tendo como conteúdo mínimo:

- Procedimentos de controle de formigas cortadeiras pela técnica de iscamento;*
- Diferença entre isca para jardinagem amadora e para serviços profissionais;*
- Conhecimento das formas de exposição direta e indireta aos agrotóxicos;*
- Conhecimento de sinais e sintomas de intoxicação e medidas de primeiros socorros;*
- Rotulagem e sinalização de segurança;*
- Medidas higiênicas durante e após o trabalho;*
- Uso de vestimentas e equipamentos de proteção pessoal;*
- Limpeza e manutenção das roupas, vestimentas e equipamentos de proteção pessoal.*
- Ergonomia.”*

Tal exigência de se ministrar o curso de capacitação para controle de formigas cortadeiras para todos os profissionais da equipe técnica requer despesas que não estão inseridas no orçamento estimado desse órgão contratante. Nesse sentido, desarrazoada essa exigência sem o devido custeio dos gastos por essa contratante, uma vez que é sabido que para sua efetiva realização desse curso são necessárias ações inerentes ao planejamento de toda infraestrutura, das quais podemos destacar, dentre outras, as seguintes: preparação de local próprio para realização do curso, disponibilização de materiais didáticos, disponibilização de equipamentos (datashow e microfone), além do pagamento de palestrante.

Nesse sentido, resta demonstrada que para o cumprimento dessa condição estabelecida as empresas licitantes, necessário se faz a inclusão desses gastos no orçamento estimado por esse órgão contratante, não podendo os mesmos ser incorporados pela empresa em seus custos administrativos e na sua remuneração.

III.3 Pagamento do Curso de Capacitação em Combate a Incêndios Florestais

No Item V constante do ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ESP – 2021, apresentou a seguinte condição a ser cumprida no âmbito da mão de obra dimensionada para execução dos serviços:

“V) Para todas as funções a CONTRATADA deve apresentar ou realizar, às suas expensas, curso de capacitação em combate a incêndios florestais, com carga mínima de 20 horas, no prazo máximo de 60 dias após a emissão da ordem de serviço, tendo como conteúdo mínimo:

- procedimentos de segurança;*
- operação de bombas costais;*
- operação de motobombas flutuantes;*
- utilização de mangueiras de combate a incêndios;*
- técnica de ataque direto;*
- técnica de ataque indireto;*
- noções de construção de aceiros;*
- técnica de contrafogo;*
- rescaldo e monitoramento pós incêndio.”*

Na mesma fundamentação esboçada no item anterior, frisa-se essa impugnante a observação de que para se ministrar o curso de capacitação em combate a incêndios florestais requer despesas específicas que não estão inseridas no orçamento estimado desse órgão contratante. Nesse sentido, mostra-se descabida essa exigência sem o devido pagamento das despesas inseridas no cumprimento dessa atividade que requer, dentre outras, as seguintes condições: preparação de local próprio para realização do curso, disponibilização de materiais didáticos, disponibilização de equipamentos (datashow, microfone), além do pagamento do palestrante.

Nesse sentido, resta demonstrada que para o cumprimento dessa condição estabelecida as empresas licitantes, necessário se faz a inclusão desses gastos no orçamento estimado por esse órgão contratante, não podendo os mesmos ser incorporados pela empresa em seus custos administrativos e na sua remuneração.

III.4. Pagamento do curso de operação de drones, planejamento de voo, descarregamento e compartilhamento das imagens e vídeos

No item V constante do ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ESP – 2021, apresentou a seguinte condição a ser cumprida no âmbito da mão de obra dimensionada para execução dos serviços:

“VI) Para todas as funções, antes do início dos serviços a CONTRATADA deve apresentar ou realizar, às suas expensas, curso de operação de drones, planejamento de voo, descarregamento e compartilhamento das imagens e vídeos, com carga mínima de 8 horas; curso de operação de drones, planejamento de voo, descarregamento e compartilhamento das imagens e vídeos.”

De forma a se evitar redundâncias de fundamentação já esboçada nos itens anteriores, importante pontuar que para o pleno atendimento do curso ora exigido é imprescindível a inclusão dos gastos inerentes a essa atividade no orçamento estimado

desse i. órgão contratante. Não há que se pensar em exigir condições que se vinculam diretamente ao escopo definido para essa contratação, sem o devido custeio financeiro dessas despesas que resguardam a preparação de toda infraestrutura para o efetivo cumprimento dessa atividade.

Importante destacar que respectivos gastos não poderão ser assumidos pelas empresas licitantes em seus custos administrativos e na sua remuneração.

III.5. Equipamentos, Ferramentas e Materiais mínimos necessários

Na Tabela 1: Materiais e equipamentos mínimos necessários para a realização dos serviços, considerando os técnicos e o coordenador, foi estabelecido o pagamento do seguinte equipamento:

- **DESCRIÇÃO DO ITEM:** Aparelho de medir altura de árvores.
- **QUANTIDADE POR ÁREA*:** 1
- **QUANTIDADE PARA O COORDENADOR:** 1
- **TOTAL**:** 1

Diante da descrição apresentada acima, observa-se que existe a previsão de um aparelho de medir altura de árvores para o Coordenador. Entretanto, com vistas a se cumprir o escopo dos serviços definidos nesta contratação torna-se necessária a inclusão de mais um aparelho de forma a dar suporte ao trabalho de campo a ser realizado pelo técnico responsável.

III.6. Instalações da Contratada

O Item 9 constante do ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ESP – 2021, estabelece a seguinte condição quanto as instalações da Contratada a saber:

“9. INSTALAÇÕES DA CONTRATADA

Ficarão a cargo exclusivo da CONTRATADA todas as providências correspondentes às suas instalações, fixa e/ou provisória, compreendendo a sua estruturação física, material administrativo, ferramental e maquinário necessários à execução dos serviços.

*Devido a grande extensão da área onde se realizarão os serviços e a divisão em três áreas administrativas, recomenda-se que a CONTRATADA providencie **pontos de apoio nas três cidades onde a ITAIPU tem escritório, especificamente Foz do Iguaçu, Santa Helena e Guaira**. Esses pontos de apoio poderão também servir de alojamento para a equipe e guarda dos equipamentos, materiais e insumos necessários para o desempenho dos serviços, desde que obedecidas às normas de segurança do trabalho e higiene.*

A CONTRATADA pode optar por outra cidade estrategicamente melhor para atender aos serviços da programação, desde que fique a uma distância que minimize os deslocamentos das equipes.” (Grifo Nosso)

Para implementação desses escritórios dos quais serão utilizados, em algumas situações, como alojamento para dar suporte à realização das atividades em campo faz-se necessário o devido pagamento dessas despesas, o que não foi previsto no orçamento estimado desse órgão contratante.

Imperioso pontuar que essas despesas representam valores expressivos na composição de custos das empresas licitantes e que não poderá esse órgão desconsiderar em seu orçamento, uma vez que fere a garantia de viabilidade econômica a ser demonstrada em sua composição de preços.

Nesse sentido, entendemos que esse custo deverá ser incluído no orçamento estimado desse órgão contratante, de forma a se assegurar que sejam computados todos os valores inerentes ao cumprimento das condições estabelecidas nas Especificações Técnicas, definidas como norteadoras dos serviços a serem executados.

III – DO PEDIDO

Ante o exposto, **REQUER-SE** seja a presente impugnação ao Edital de PREGÃO ELETRÔNICO NACIONAL Nº NF 0682-21 julgada procedente, com efeito para determinar-se a republicação do instrumento convocatório, com as seguintes correções e inclusões, a saber:

- Inclusão do pagamento de veículos e combustíveis para o deslocamento da equipe técnica a ser mobilizada para execução dos serviços.
- Inclusão do pagamento do Curso de Capacitação para Controle de Formigas Cortadeiras.
- Inclusão do pagamento do Curso de Capacitação em Combate a Incêndios Florestais.

- Inclusão do pagamento do Curso de Operação de drones, planejamento de voo, descarregamento e compartilhamento das imagens e vídeos.
- Inclusão na Tabela 1 de 01 aparelho de medir altura de árvores por área para os técnicos.
- Inclusão do pagamento de 03 (três) escritórios, a serem implementados em Foz de Iguaçu, Santa Helena e Guaíra.

Não sendo este o entendimento, requer que sejam os autos remetidos à manifestação da autoridade superior competente, para que, após análise dos mesmos, defira o presente pedido, promovendo-se a republicação do edital, com as alterações e solicitações apresentadas.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Erani Maurício Bastos

Sócio Diretor